

**Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.**  
(Nova denominação social da Coface do Brasil Seguros de Crédito Interno S.A.)  
CNPJ 07.644.868/0001-73



**Relatório da Administração**

**Prezados Acionistas,** Em cumprimento às disposições legais vigentes, submetemos à apreciação de V.Sas. às demonstrações financeiras referente a 31 de dezembro de 2018, apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que divulgamos através do presente relatório, contendo as notas explicativas, relatório dos auditores independentes e parecer dos atuários independentes. A Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. ("Coface do Brasil" ou "Seguradora") encerrou o ano de 2018 com um lucro líquido de R\$ 9.256, em linha com as expectativas da direção, mantendo a liderança do mercado com 31% de participação de mercado (dados SUSEP novembro-18). O constante monitoramento dos riscos e a estratégia comercial implementada na Companhia desde o ano de 2017 e aperfeiçoada durante 2018, seguem

contribuindo para baixa sinistralidade, mesmo com as incertezas políticas e econômicas nos últimos 12 meses. O *loss ratio* ficou em 11%, e o *cost ratio* teve uma melhora em relação ao ano anterior, ficando em 41%. Como resultado final, a Coface segue sólida em todos os indicadores de solvência, fortalecida pelos seus ativos e esquema de resseguro, o que demonstra a capacidade de atuação da Companhia mesmo diante de cenários econômicos difíceis como o atual cenário brasileiro. Com uma atuação focada nos diversos setores da economia, presença nas principais regiões brasileiras e melhoria contínua dos serviços prestados aos nossos clientes e parceiros de negócios, continuaremos nosso objetivo de disseminar a cultura de seguro de crédito no país e confirmar a nossa liderança no mercado local. Salientamos que não houve reorganização societária ou alteração de controle acionário no decorrer do ano de 2018. Informamos

que a política de pagamento de dividendos da Coface está de acordo com o que determina a assembleia dos acionistas. Havendo saldo remanescente entre o valor destinado aos dividendos e o lucro líquido da Seguradora, este será destinado à conta de Reserva de Lucros. **Agradecemos:** A Administração aproveita para manifestar seus agradecimentos aos clientes pela confiança em nosso trabalho, aos fornecedores e, em especial, aos nossos colaboradores, que tanto contribuem para o sucesso da Coface do Brasil. Da mesma forma, agradecemos à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019

**Administração**

**Demonstrações de resultados  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017**  
(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota explicativa	2018	2017
<b>Prêmios emitidos</b> .....	18a	134.407	79.982
<b>Variação das provisões técnicas</b> ...		(46.971)	(5.768)
<b>Prêmios ganhos</b> .....		87.436	74.214
<b>Sinistros ocorridos</b> .....	18b	(9.407)	4.927
<b>Custos de aquisição</b> .....	18c	(9.816)	(7.897)
<b>Outras despesas operacionais</b> .....	18h	(411)	(388)
<b>Resultado com resseguro</b> .....	7a	(28.335)	(39.826)
Receita com resseguro.....	7a	8.793	(9.166)
Despesa com resseguro.....	7a	(37.128)	(30.660)
<b>Despesas administrativas</b> .....	18d	(22.749)	(16.691)
<b>Despesas com tributos</b> .....	18e	(3.091)	(2.112)
<b>Resultado financeiro</b> .....	18f	3.937	8.840
<b>Resultado operacional</b> .....		17.564	21.067
<b>Ganhos com ativos não correntes.</b>		49	-
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b> .....		17.613	21.067
Imposto de renda.....	18g	(4.315)	(5.022)
Contribuição social.....	18g	(3.737)	(3.926)
Participações sobre o lucro.....	18g	(305)	(537)
<b>Lucro líquido do exercício</b> .....		9.256	11.582
<b>Quantidade de ações</b> .....		12.937.791	12.937.791
<b>Lucro por lote de mil ações (R\$)</b> ....		715,42	895,21

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações de resultados abrangentes  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017**  
(Em milhares de Reais - R\$)

	2018	2017
<b>Lucro líquido do exercício</b> .....	9.256	11.582
<b>Outros resultados abrangentes</b> .....	(11)	18
Variação líquida no valor justo dos ativos financeiros		
disponíveis para venda.....	(20)	33
Efeitos tributários sobre resultados abrangentes.....	9	(15)
<b>Resultados abrangentes atribuíveis aos acionistas controladores</b> .....	9.245	11.600

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto)  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017**  
(Em milhares de Reais - R\$)

	2018	2017
<b>Atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b> .....	9.256	11.582
Ajustes para:		
Depreciação e amortização.....	525	367
(Reversão)/constituição por redução do valor recuperável dos ativos.....	421	102
Outros ajustes MTM.....	(11)	18
<b>Variação nas contas patrimoniais:</b> .....	(3.414)	(9.368)
Ativos financeiros.....	(8.425)	9.889
Créditos das operações de seguros e resseguros.....	(48.745)	(13.754)
Ativos de resseguro.....	(7.362)	31.698
Créditos fiscais e previdenciários.....	2.504	2.395
Depósitos judiciais e fiscais.....	(146)	(5)
Despesas antecipadas.....	(24)	(4)
Custos de aquisição diferidos.....	(5.708)	(401)
Outros ativos.....	(6.870)	229
Impostos e contribuições.....	5.675	6.691
Outras contas a pagar.....	1.851	(15.058)
Débitos de operações com seguros e resseguros.....	34.849	15.413
Depósitos de terceiros.....	(26)	-
Provisões técnicas - seguros e resseguros.....	29.646	(49.356)
Provisões judiciais.....	11	45
Outros passivos.....	(644)	2.850
<b>Caixa gerado pelas operações</b> .....	6.777	2.701
Imposto sobre o lucro pagos.....	(5.747)	(3.179)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	1.030	(478)
<b>Atividades de investimento</b>		
Pagamento pela compra:		
Imobilizado.....	(165)	(76)
Intangível.....	(692)	(940)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos</b> .....	(857)	(1.016)
<b>Atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital.....	-	8.059
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio = pagos.....	-	(8.605)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b> .....	-	(546)
<b>Aumento/redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b> .....	173	(2.040)
<b>Caixa e equivalente de caixa no início do exercício</b>	282	2.322
<b>Caixa e equivalente de caixa no final do exercício..</b>	455	282

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

correspondentes das indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores. **3.4 Ativos imobilizado e intangível:** Demonstrado pelos valores de custo de aquisição ou de aplicação. As depreciações são calculadas pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: equipamentos de informática - 20% e móveis e utensílios - 10%. O ativo intangível é constituído por programas de computador e está sendo amortizado com base na taxa de 20% ao ano. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **3.5 Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as metodologias descritas nas notas técnicas atuariais e de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações, Circular SUSEP 517/2015 e alterações. A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pelo valor dos prêmios de seguros brutos correspondente ao período ainda não decorrido de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método "pro rata die" para todos os riscos emitidos na data-base de cálculo. A PPNG inclui a estimativa do valor correspondente aos riscos vigentes mas ainda não emitidos, sendo este estimado a partir do estudo dos prêmios emitidos em atraso, via triângulos de *run-off*. A parcela relativa a PPNG\_RVNE é constituída para fazer frente a riscos provenientes de apólices que ainda não foram emitidas mas já possuem riscos cobertos pela Seguradora. O registro da provisão é baseado em estimativas do valor histórico de emissões em atraso. O cálculo considera triângulo de *run-off* dos prêmios emitidos em atraso dos últimos 42 meses para determinar o montante de prêmios RVNE e também a correspondente PPNG-RVNE. A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída por estimativa, caso a caso, de pagamentos prováveis, brutos de resseguros, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Os avisos de sinistros correspondem aos recebíveis não honrados pelos clientes dos nossos segurados.

continua →

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais - R\$)**

Ativo	Nota explicativa	2018		2017	
		2018	2017	2018	2017
<b>Circulante</b> .....		168.273	127.589	201.506	141.359
<b>Disponível</b> .....		455	282	24.638	14.211
Caixa e bancos.....		455	282	10	12.827
<b>Aplicações</b> .....	5	-	12.551	3.859	4.477
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b> .....		112.250	74.180	1.366	1.131
Prêmios a receber.....	6	91.225	52.793	11	3.599
Operações com resseguradoras.....	6 e 7	21.025	21.387	12	2.987
<b>Ativos de resseguro - provisões técnicas</b>	7	38.964	34.974		
<b>Títulos e créditos a receber</b> .....		8.686	1.816		
Títulos e créditos a receber.....		435	44		
Outros créditos.....	8	8.251	1.772		
<b>Despesas antecipadas</b> .....		72	48		
<b>Custos de aquisição diferidos</b> .....	13 d	7.846	3.738		
Seguros.....		7.846	3.738		
<b>Ativo não circulante</b> .....		100.714	66.538		
<b>Realizável a longo prazo</b> .....		98.874	65.030		
<b>Aplicações</b> .....	5	77.676	56.700		
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b> .....		12.107	1.853		
Prêmios a receber.....	6	12.107	1.853		
<b>Ativos de resseguro - provisões técnicas</b>	7	4.483	1.111		
<b>Títulos e créditos a receber</b> .....		2.766	5.124		
Créditos tributários e previdenciários.....	9	2.582	5.086		
Depósitos judiciais e fiscais.....	15	184	38		
<b>Custos de aquisição diferidos</b> .....	13 d	1.842	242		
Seguros.....		1.842	242		
<b>Investimentos</b> .....		22	22		
Outros investimentos.....		22	22		
<b>Imobilizado</b> .....		274	247		
Bens móveis.....		274	247		
<b>Intangível</b> .....		1.544	1.239		
Outros intangíveis.....		1.544	1.239		
		268.987	194.127	268.987	194.127

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017**  
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Aumento				TVM	Lucros acumulados	Total
		Capital social	capital em aprovação	Reservas de lucros Legal	Estatutária			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b> .....		15.436	-	2.644	15.457	(6)	-	33.531
Aumento de capital AGE - de 21/12/2017.....		-	8.059	-	-	-	-	8.059
Títulos e valores mobiliários.....	16 d	-	-	-	-	18	-	18
Reserva estatutária.....	16 c	-	-	-	(1.267)	-	-	(1.267)
Dividendos adicionais de anos anteriores.....		-	-	-	(1.267)	-	-	(1.267)
<b>Lucro líquido do exercício</b> .....		-	-	-	-	-	11.582	11.582
Proposta para distribuição do resultado:								
Reserva legal.....	16 b	-	-	579	-	-	(579)	-
Reserva estatutária.....	16 b	-	-	-	8.252	-	(8.252)	-
Dividendos mínimos obrigatórios.....	16 c	-	-	-	-	-	(2.751)	(2.751)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b> .....		15.436	8.059	3.223	22.442	12	-	49.172
Aprovação do aumento de capital AGE 21/12/2017 n° 796 de 27/02/18.....	16 a	8.059	(8.059)	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários.....	16 d	-	-	-	-	(11)	-	(11)
Dividendos adicional proposto relativo ao exercício de 2017 AGO 29/03/18.....	16 c	-	-	-	(7.094)	-	-	(7.094)
<b>Lucro líquido do exercício</b> .....		-	-	-	-	-	9.256	9.256
Proposta para distribuição do resultado:								
Reserva legal.....	16 b	-	-	463	-	-	(463)	-
Reserva estatutária.....	16 b	-	-	-	6.595	-	(6.595)	-
Dividendos mínimos obrigatórios.....	16 c	-	-	-	-	-	(2.198)	(2.198)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b> .....		23.495	-	3.686	21.943	1	-	49.125

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)**

**1. Contexto operacional:** A Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. ("Seguradora" ou "Coface do Brasil") situada na Praça João Duran Alonso, 34, 12º andar - São Paulo, é uma subsidiária do grupo francês *Compagnie Française d'Assurances pour le Commerce Extérieur* ("COFACE"). A Seguradora, constituída em 5 de abril de 2005, foi autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP em junho do mesmo ano, e tem por objeto social a exploração do seguro de crédito em todo o território nacional. A Seguradora controladora direta da Coface do Brasil é a COFINPAR S.A., e os controladores em última instância são o *Banques Populaires* e *Caisses d'Epargne*, ambos sediados em Paris, na França. **2. Base de elaboração e apresentação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela SUSEP. Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, e preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedido pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2019. **2.1 Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos financeiros disponíveis para venda. **2.2 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora, e exceto quando indicado. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Seguradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e (ii) As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo período contábil. • Nota explicativa nº 3.9 e 15 - Provisões judiciais; • Nota explicativa nº 3.10 - Classificação dos contratos de seguros; • Nota explicativa nº 5 - Aplicações; • Nota explicativa nº 6 - Créditos das operações com seguros e resseguros; • Nota explicativa nº 9 - Créditos tributários e previdenciários; • Notas explicativas nº 3.5 e 13 - Provisões técnicas 3. Principais políticas contábeis: **3.1 Caixa e Bancos:** Caixa e bancos incluem saldos disponíveis em contas correntes mantidas em instituições financeiras. **3.2 Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: **Valor justo por meio do resultado** - Uma aplicação é classificada pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificada como mantida para negociação e seja designada como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de

compra e venda de acordo com a sua gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **Mantidos até o vencimento** - Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **Disponíveis para venda** - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos e que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e, as mudanças que não sejam perdas por redução, ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido, de forma líquida dos seus respectivos efeitos tributários. **Empréstimos e recebíveis** - São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem basicamente os "Prêmios a receber" e as "Operações com resseguradoras" decrescidos de qualquer perda no valor recuperável. **Redução ao valor recuperável (Ativo financeiro):** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A redução ao valor recuperável nos ativos financeiros disponíveis para venda é reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, sendo reclassificada para o resultado quando da efetiva venda dos ativos. No que se refere aos prêmios de seguros, a provisão para riscos sobre créditos é apurada considerando o estudo técnico desenvolvido internamente pela Seguradora, que considera, entre outros fatores, a quantidade de parcelas vencidas e no tempo em que o segurado possui seguro com a Seguradora. Para os ativos de resseguros também foi desenvolvido um estudo onde se observa que todos créditos cobrados junto aos resseguradores são recebidos integralmente apesar de serem liquidados em prazos longos em razão da característica de contrato celebrado entre as partes especificamente para o resseguro na modalidade de excesso de danos. **Valor justo:** Os títulos classificados como "Valor justo por meio do resultado" e "Disponíveis para venda" são registrados pelo valor investido, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, e ajustados ao seu valor justo que, no caso de títulos públicos, é apurado com base nos preços do mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. **3.3 Ativos de resseguros:** Os ativos de resseguros compreendem: (i) prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas e não emitidas, conforme os contratos firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou. O montante de prêmios é reconhecido inicialmente pelo valor contratual e ajustado conforme o período de exposição do risco que foi contratado; e (ii) parcelas



☆ continuação

# Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

(Nova denominação social da Coface do Brasil Seguros de Crédito Interno S.A.) - CNPJ 07.644.868/0001-73

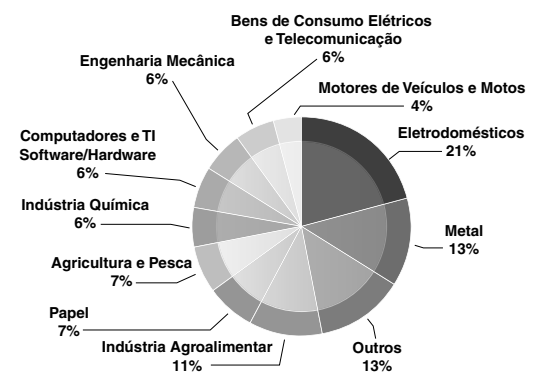


**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018** (Em milhares de Reais)

A mensuração da estimativa de PSL também considera (i) o ajuste dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - IBNER, que é apurado considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, refletindo a expectativa de alteração do montante provisionado ao longo do processo de regulação, sendo estimada por meio de triângulos de *run-off* de 150 meses. Para se chegar ao IBNER, subtrai-se da estimativa de Sinistros Ocorridos e Ainda Não Pagos a estimativa de IBNR e a PSL constituída caso a caso; e (ii) o ajuste decorrente do abatimento em função da expectativa de recuperação em ressarcimentos. Os sinistros avisados e ainda pendentes, que compõem a PSL podem ser classificados em sinistros administrativos e sinistros judiciais. A estimativa inicial da provisão de sinistros administrativos a liquidar (PSL administrativa), considera o saldo devedor relativo à cobertura em que ocorreu o sinistro, bruto de resseguro. A PSL judicial é constituída considerando um estudo atuarial realizado com base no histórico de encerramento das ações judiciais considerando a razão entre os valores efetivamente encerrados (com ou sem indenização) e aqueles provisionados inicialmente, de forma que determina-se percentuais a serem reconhecidos de acordo com a classificação de perda indicada pelo advogado externo sobre o valor total do risco atualizado mensalmente pelos advogados, incluindo juros, correção monetária e honorários de sucumbência, brutos de resseguro abrangidos pela cobertura do seguro (limitado ao saldo devedor). A provisão para sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR, do inglês, *Incurred But Not Reported*) é constituída para a cobertura dos sinistros eventualmente ocorridos, entretanto, ainda não avisados à Seguradora até a data-base das demonstrações financeiras. Para o cálculo, foi utilizado o modelo matemático "triângulo de *run-off*" considerando o método de desenvolvimento dos sinistros avisados para 150 meses. A referida provisão é reduzida pela expectativa de ressarcimento, que consiste no cálculo de um percentual histórico dos últimos 150 meses obtidos com base na razão entre ressarcimentos recebidos e sinistros pagos, o qual é aplicado sobre a provisão total de Sinistros Ocorridos e Ainda Não Pagos. Aplica-se este percentual também sobre a provisão IBNR, gerando a expectativa de ressarcimentos sobre os sinistros ainda não avisados. A diferença entre a expectativa total de ressarcimentos e a expectativa de ressarcimentos sobre os sinistros não avisados gera a expectativa de ressarcimento sobre a PSL. A provisão de despesas relacionadas é composta de duas parcelas: a PDR (IBNR) inclui estimativa de despesas diretas para os sinistros ocorridos e não avisados e a PDR (PSL) contempla estimativa de despesas diretas para os sinistros avisados e ainda não pagos. Cada parcela é obtida pela aplicação sobre a respectiva provisão (IBNR e PSL respectivamente) do percentual histórico de despesas diretas em relação aos sinistros pagos dos últimos 144 meses. A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superavit técnico na operacionalização dos contratos de seguro, conforme previsão contratual na apólice. A estimativa leva em consideração a apuração do resultado técnico da apólice que considera, principalmente, a estimativa do percentual de pagamento do excedente sobre o prêmio emitido da carteira que é apurado levando em consideração a experiência histórica. **3.6 Teste de adequação dos passivos:** Conforme requerido pelo CPC 11 e pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a Seguradora elaborou o teste de adequação dos passivos (TAP) para todos os contratos em curso na data de execução do teste com o objetivo de avaliar na data-base das demonstrações financeiras, as obrigações decorrentes dos contratos de seguros. O teste de adequação de passivos (TAP) levou em consideração todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutos de resseguro. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor presente das estimativas dos fluxos de caixa das obrigações futuras que venham a surgir no cumprimento das obrigações dos contratos de seguro e a soma contábil das provisões técnicas, na data-base, deduzida dos ativos intangíveis e dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados aos contratos de seguros. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram trazidas a valor presente com base na estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ) livre de risco divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), utilizando o indexador de taxa prefixada e o cupom IPCA. A taxa de juros a termo prefixada e do cupom IPCA foram obtidas a partir dos parâmetros informados pela ANBIMA para 31 de dezembro de 2018. O fluxo de despesas administrativas/operacionais foi trazido a valor presente utilizando o cupom IPCA, dado que os componentes das despesas administrativas, como salários, aluguel e outros seguem os níveis da inflação cujo índice oficial é o IPCA. Os demais fluxos por serem nominais foram trazidos a valor presente pela taxa a termo prefixada. Na projeção dos fluxos de caixa foram considerados os prêmios, os sinistros ocorridos e ainda não pagos, os sinistros a ocorrer, despesas administrativas, e as despesas relacionadas à liquidação dos sinistros. Para este teste, os contratos são agrupados em uma base com características de risco similares. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros e ressarcimentos, foi comparado as provisões técnicas de sinistros ocorridos que inclui a provisão dos sinistros a liquidar (PSL), a provisão dos sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e a provisão das despesas relacionadas (PDR). O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistro a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e receitas foi comparado a soma das provisões técnicas - PPNG e PPNG-RVNE. O resultado do teste de adequação demonstrou a não necessidade de registro da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) adicional aos passivos de seguro já registrados na data-base. **3.7 Benefícios a empregados:** Os benefícios a empregados incluem os benefícios de curto prazo, tais como ordenados e salários, licença remunerada por doença, participação nos lucros, gratificações e benefícios não monetários (seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio creche/babá e treinamento profissional), os quais são oferecidos aos funcionários e diretoria e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos. A Seguradora não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. A Seguradora é patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). As contribuições aportadas ao plano somaram R\$ 227 (R\$ 107 em 31 de dezembro de 2017). As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Seguradora, na qualidade de empregador, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional. **3.8 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% até 31 de agosto de 2015 e à alíquota de 20% a partir desta data e até 31 de dezembro de 2018 sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferida são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados para apresentação no balanço patrimonial caso haja um direito legal de compensar, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado, estejam disponíveis. **3.9 Provisões judiciais:** São constituídas pelo valor estimado dos pagamentos a serem realizados em relação às ações judiciais em curso, cuja probabilidade de perda é considerada provável, possível ou remota ou no caso de serem consideradas obrigações le-

ais. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Seguradora em caráter definitivo. **3.10 Classificação dos contratos de seguro:** Os contratos emitidos são classificados como contratos de seguro quando esses contratos transferem risco significativo de seguro pelo qual aceita um risco de seguro significativo de outra parte (segurado), aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo adversamente. Nos termos do CPC 11, os contratos emitidos pela Seguradora atendem todas as características de um contrato de seguro visto que prevê indenizações específicas para reembolsar o detentor por uma perda em razão do dever de seguro do segurado não efetuar o pagamento. Os contratos de resseguro também são classificados como contratos de seguros segundo os princípios de transferência de risco de seguro descritos no CPC 11. **3.11 Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os respectivos custos de aquisição (comercialização) são registrados quando da emissão da apólice ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão da apólice, e apropriados no resultado, em bases lineares, segundo o transcorrer da vigência do período de cobertura do risco, por meio da constituição e reversão da PPNG e do diferimento dos custos de aquisição diferidos. Os prêmios de seguros e os correspondentes custos de aquisição cujo período de cobertura do risco já foi iniciado, mas cujas apólices ainda não foram emitidas (riscos vigentes e não emitidos - RVNE), são reconhecidos com base em estimativas baseadas em cálculos atuariais que levam em conta a experiência histórica da Seguradora. Os ativos de resseguro compreendem (i) os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas e não emitidas, conforme os contratos firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou. O montante de prêmios é reconhecido inicialmente pelo valor contratual e ajustado conforme o período de exposição do risco que foi contratado; (ii) as parcelas correspondentes das indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores; e (iii) as comissões sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos. Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base nas prestações de contas emitidas pelo IRB - Brasil Resseguros S.A. e Munich RE por meio dos movimentos operacionais sujeitos à análise da Resseguradora. O nível médio de retenção do risco da Seguradora está divulgado na Nota 7. **4. Gerenciamento de risco:** A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. • Risco de subscrição de seguro; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco de capital; • Risco operacional; • Risco legal e de compliance. **4.1 Estrutura de gerenciamento de riscos:** Em termos gerais, o sistema de gerenciamento de riscos engloba o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o seu desempenho, proteger seus "stakeholders", incluindo seus acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores e outros, bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à ética, transparência e prestação de contas. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. A estrutura de gerenciamento de riscos é adaptada ao porte dos negócios e é conduzida no dia a dia pelos membros da Diretoria, pela área de Risco e Compliance, pelos especialistas responsáveis por essas áreas da Seguradora e demais colaboradores envolvidos, que atuam no sentido de identificar em toda a organização eventos de risco potencial que são capazes de afetar os objetivos estratégicos da Seguradora, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco determinado pela Seguradora. Para o gerenciamento dos seus riscos a Seguradora conta com a estrutura de governança corporativa, descrita a seguir, além de mantermos um programa de controles internos, o qual está detalhado na nota explicativa relativa ao risco operacional. **a. Conselho de Administração:** O Conselho de Administração representa os interesses dos acionistas, tendo por atribuição fornecer orientação geral dos negócios, bem como suas diretrizes e objetivos básicos, aprovar as demonstrações financeiras; fiscalizar a gestão da Diretoria, entre outras atividades. **b. Reuniões de diretoria:** A Seguradora mantém um "fórum" para discussão e deliberação de assuntos estratégicos, tendo por objetivo primordial cumprir e fazer cumprir as decisões da Assembleia Geral, da Diretoria e do Estatuto Social, por meio da gestão dos negócios, administração do capital e execução de todos os atos necessários ao seu funcionamento. A Diretoria reúne-se mensalmente ou sempre que houver assuntos relevantes a serem discutidos. Adicionalmente aprova Políticas e Normas Internas. **c. Management committee (Comitê de gestão):** Reúne-se mensalmente ou sempre que houver assuntos relevantes a serem discutidos e tem por objetivo dividir e discutir assuntos de interesse das diversas áreas da Seguradora, em um nível executivo, e de tomar decisões em conjunto. Pode aprovar políticas, normas, ferramentas, estudos ou outros trabalhos demandados pelo comitê e de interesse da Seguradora. **d. Auditoria interna:** Atividade independente e objetiva executada por empresa terceirizada e concebida para adicionar valor e melhorar as operações da organização, nos ajudando a atingir os objetivos por meio de uma abordagem sistemática e disciplinada, para avaliar e melhorar a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança. Reporta-se diretamente ao Conselho de Administração. **e. Comitê de reservas:** Reúne-se trimestralmente e participam deste comitê, áreas como Sinistros, Controladoria, Cobrança, Subscrição e membros da Diretoria. São discutidos nesse fórum os níveis de sinistralidade, reservas técnicas e taxas de recuperação da Seguradora, definindo, quando necessário, os planos de ação a fim de melhorar os índices da Seguradora. **f. Comitê de turnover (contratos):** Reúne-se trimestralmente e participam os especialistas das áreas Técnica, Comercial, Risco de Subscrição e membros da Diretoria. O objetivo deste comitê é verificar os contratos em processo de fechamento, tanto os novos negócios como as renovações, e as apólices canceladas, a fim de verificar o impacto na receita da Seguradora. **g. Comitê de compliance:** O comitê de Compliance é formado pela diretoria/presidência e pelo responsável do departamento de Compliance. Este pode ser convocado sempre que necessário para tratar de aprovação de políticas e procedimentos internos de interesse da Seguradora e/ou deliberar sobre assuntos específicos da área que não tenham sido analisadas em uma reunião de diretoria. **h. Comitê jurídico:** Reúne-se mensalmente ou sempre que houver pauta para discussão, envolve a área Jurídica e Assessoria Jurídica terceirizada da Seguradora para discussão de casos em litígio, contratos relevantes, Reuniões de Diretoria, entre outros assuntos pertinentes. **4.2 Gestão do risco de seguros:** O seguro de crédito doméstico é uma modalidade de seguro que tem por objetivo indenizar o segurado (credor) pelas perdas líquidas definitivas que o mesmo venha a sofrer em consequência da inadimplência dos créditos concedidos a seus clientes, desde que decorrentes exclusivamente dos riscos indicados e definidos no contrato de seguro. São asseguradas somente às pessoas jurídicas, que comercializam seus produtos para outras pessoas jurídicas. É definido como risco de seguro o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra. Dentro do risco de seguro de crédito doméstico, destaca-se o risco de subscrição, que é a possibilidade de haver perdas decorrentes de falhas na aceitação, exame e aprovação do objeto segurável, no caso da Seguradora, os recebíveis dos segurados. Outros riscos também podem afetar os objetivos e resultados da Seguradora, que são: • Risco de aprovação de coberturas que impliquem em aumento de risco da apólice de seguro de crédito; • Risco de subscrição inapropriada dos limites de crédito dos clientes de nossos segurados; • Risco de elaboração de políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas; e • Risco de efetuar provisões técnicas insuficientes, tecnicamente mal dimensionadas. **a) Mitigadores do risco de aceitação do seguro:** A apólice é estruturada a partir de uma análise da carteira de clientes do segurado, onde são verificados os limites de crédito que podem ser concedidos de acordo com o perfil individual dos clientes de nossos segurados. Os limites concedidos são constantemente monitorados pela nossa área de riscos. Antes da emissão, também são avaliadas as condições de cobertura de cada apólice considerando-se os principais aspectos: a perda histórica do Segurado a expectativa de sinistros, o setor de atividade, entre outros parâmetros. O produto oferecido pela Seguradora inclui não apenas cobertura por perdas incorridas, como também serviço de cobrança para prevenção e diminuição de perdas e assistência no desenvolvimento de uma base de clientes rentáveis. Um dos elementos-chave da política de subscrição é a participação do segurado no risco coberto pela apólice, sendo o objetivo

primordial do seguro de crédito evitar prejuízos na medida do possível, buscando o interesse comum do segurado e da Seguradora. Este parâmetro visa manter o interesse do segurado na adequada seleção de seus riscos, assim como no resultado das ações judiciais e extrajudiciais. Os prêmios das apólices são fixados baseados num balanceamento entre a experiência de perdas reais do segurado e a estatística de perdas para o perfil de uma população de segurados com características semelhantes. As taxas de prêmios são calculadas a partir da mensuração o mais individual e fidedigna possível da expectativa de sinistros para o período de cobertura da apólice. A apólice, desenhada em formato de módulos, permite uma melhor mensuração de determinada cobertura em razão dos riscos apurados estatística e historicamente para determinados segmentos ou linha de negócios. Os prêmios são revisados com base na experiência de perdas reais do contrato e na ponderação pelo risco gerado na época da renovação. A subscrição comercial ou tarifação está baseada nos mesmos critérios utilizados pela COFACE, controladora da Seguradora, que detém longa experiência mundial nesta modalidade de seguros, sendo os critérios por ela utilizados, amplamente testados ao longo dos seus mais de 70 anos de existência de sua controladora, o que resulta em consagrada aceitação de seus critérios de subscrição pelos principais resseguradores mundiais. A experiência da COFACE, através de sua base estatística e modelos atuariais, que representam por meio de ferramenta corporativa, são utilizados pela Seguradora na definição da taxa indicativa da perda estatística esperada por setor de atividade e País. Os modelos de subscrição encontram-se devidamente aprovados e registrados junto ao órgão regulador e são consistentes com os produtos e estruturas de coberturas oferecidas ao mercado, de forma a atender as necessidades específicas de cada segurado e de realizar o estudo dos custos e receitas, visando retorno aos acionistas. Os procedimentos de recuperação começam imediatamente após o aviso de inadimplência, visando à gestão da cobrança antes da indenização pela Seguradora. Adicionalmente, a Seguradora mantém uma carteira de seguros pulverizada e diversificada, de forma a minimizar o risco de um impacto significativo em seu índice de sinistralidade que pode ser causado pela inadimplência de um determinado devedor, uma desaceleração em qualquer indústria em particular ou um evento adverso de crédito em um dos setores com os quais trabalha. Além disso, as apólices de seguro contêm cláusulas permitindo que limites de crédito venham a ser reduzidos durante a vigência do contrato. Conseqüentemente, os riscos dos devedores podem ser extintos ou reduzidos de forma relativamente rápida em caso de deterioração da solvência do devedor. **b) Mitigadores do risco de subscrição:** Os *underwriters* da Seguradora analisam individualmente o risco de cada um dos clientes apresentados pelo segurado e estabelecem um nível de exposição máxima para ele. O portfólio de seguro de crédito consiste na sua maioria de riscos de curto prazo, cuja duração máxima do crédito raramente excede os 180 dias. A Seguradora tem em todos os momentos a opção de reduzir ou cancelar limites de crédito para novas vendas a um determinado comprador, caso se verifique deterioração na respectiva saúde financeira. A Seguradora possui um sistema eletrônico de armazenamento e gerenciamento de dados de risco chamado Atlas, utilizado por todas as unidades da COFACE no mundo. A utilização de tal sistema garante a Seguradora grande vantagem no sentido de gerenciamento de risco de crédito global, proporcionando a oportunidade de verificar o comportamento de uma determinada empresa e/ou se suas controladoras e subsidiárias em todo o mundo, resultando numa gestão de riscos de subscrição otimizada. Após um período de formação, que inclui um treinamento in loco com os especialistas globais da Seguradora no México, é concedida a cada "Underwriter" da Seguradora uma alçada de aprovação pessoal e intransferível. As decisões acima desses limites individuais são apreciadas por dois *Underwriters* em conjunto ou até mesmo pelo Comitê Global de "Underwriting", realizado na matriz, dependendo dos valores envolvidos. Para as tomadas de decisão de crédito analisa-se não somente as empresas para as quais foram solicitados limites de crédito, mas toda ramificação de suas controladoras e subsidiárias. Para cada um dos riscos segurados da carteira são concedidos pontos que avaliam o nível de sua saúde financeira, medem a qualidade do risco e a probabilidade de insolvência, consistindo no *rating* do comprador. As análises de crédito baseiam-se em informações como: financeiras, comerciais, setor de atividade, bancárias e o país no qual o comprador é domiciliado. **c) Mitigadores do risco de resseguro:** O principal risco assumido pela Seguradora é o de que a frequência e severidade dos sinistros aos segurados sejam maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. Como forma de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos, a Seguradora mantém contratos de resseguro, os quais são renovados, no mínimo, anualmente. Os contratos de resseguro firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir e proteger a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica, além das colocações de riscos facultativos para gerenciamento de risco de severidade. A Seguradora, a partir de 2017, passou a operar o resseguro junto a Munich RE que detém o *rating* AA emitido pela Fitch Ratings em julho de 2016. Temos também relacionamento operacional com o IRB-Brasil RE, classificado como risco A- (Excelent-Abril/2017) pela A.M. Best Co, *rating* mínimo definido pelo grupo COFACE para cessão de risco em resseguro. **d) Mitigadores do risco de provisões técnicas insuficientes:** Por fim, como forma de mitigar o risco de constituir provisões insuficientes é realizada anualmente teste de consistência conforme determinações da Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações, possibilita averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pelos órgãos reguladores do mercado segurador brasileiro. Adicionalmente, tem-se o teste de adequação de passivos, efetuado a cada data de balanço de acordo com as determinações da Circular SUSEP 517/2015 e alterações que determina se há necessidade de constituição adicional de provisões em relação aos passivos de seguro já registrados na data-base. **4.2.1 Exposição dos limites de crédito:** As exposições dos limites de crédito aprovados pela Seguradora aos compradores dos segurados são analisadas a fim de monitorar a concentração dos riscos nos segmentos de atuação dos segurados. O gráfico abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio baseado no valor de importância segurada bruta de resseguro na data-base de 31 de dezembro de 2018. Conforme demonstrado no gráfico, a COFACE mantém o seu portfólio de clientes bem diversificado entre os segmentos, confirmando a pulverização do risco da Seguradora. Esta é uma prática adotada pelo Grupo como forma de aperfeiçoar os resultados operacionais.



**Sensibilidade do risco de seguro:** A tabela abaixo apresenta o impacto no resultado e patrimônio líquido da Seguradora, caso haja uma variação nos sinistros ocorridos para mais 30 pontos percentuais na data-base do cálculo:

Ano	Varição dos Sinistros (Líquido de Resseguros)	Varição Líquida de Impostos
Em 31/12/2018	(2.318)	(1.275)
Em 31/12/2017	(3.604)	(1.983)

**4.3 Gestão do risco de liquidez:** A gestão do risco de liquidez se dá pela capacidade da Seguradora gerar, por meio do curso normal do negócio bem como com do gerenciamento do seu portfólio de investimentos, o volume de capital suficiente para saldar seus compromissos, sejam estes referentes às despesas operacionais ou mesmo à cobertura das reservas relacionadas aos riscos do negócio. Localmente, a Seguradora adota a política corporativa do grupo COFACE para a gestão de caixa e investimentos.

continua ☆





☆ continuação

## Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

(Nova denominação social da Coface do Brasil Seguros de Crédito Interno S.A.) - CNPJ 07.644.868/0001-73

coface

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

A política mencionada define as regras de investimentos, composição das carteiras por ativo, limites para cada carteira, legislação e descrição dos produtos dentre outros aspectos. Assim, para mitigação dos riscos financeiros significativos, são elaboradas análises diárias de fluxo de caixa considerando as disponibilidades e obrigações de curto prazo bem como o portfólio de ativos financeiros. De acordo com as políticas corporativas do grupo COFACE, às quais a Seguradora está submetida, o perfil de investimentos se limita às opções de baixo risco. Além disso, são efetuados acompanhamentos mensais dos índices de liquidez definidos pela SUSEP tais como: Margem de Solvência, Suficiência de Capital, Ativos Financeiros versus Reservas Técnicas. A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado em 31 de dezembro de 2018.

	Em 31 de dezembro de 2018				Total
	Sem vencimento definido	Vencidos	A vencer em até 1 ano	A vencer acima de 1 ano	
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e bancos.....	455	-	-	-	455
Aplicações (**)	-	-	-	77.676	77.676
Prêmios a receber (*) ..	52.942	683	37.600	12.107	103.332
Operações com resseguradoras.....	21.025	-	-	-	21.025
Ativos de resseguros - provisões técnicas (*)	9.101	-	29.863	4.483	43.447
Créditos tributários e previdenciários.....	-	-	-	2.582	2.582
Custos de aquisição diferidos.....	-	-	7.846	1.842	9.688
Outros.....	-	-	8.758	184	8.942
<b>Total dos ativos financeiros.....</b>	<b>83.523</b>	<b>683</b>	<b>84.067</b>	<b>98.874</b>	<b>267.147</b>

(\*) Os prêmios relativos a riscos vigentes não emitidos, no montante de R\$ 52.942, foram alocados integralmente na coluna sem vencimento definido, assim como os valores relativos a ativos de resseguro relacionados à provisão de IBNER, IBNR, PDR, excedente técnico e PPNG-RVNE no montante total de R\$ 9.101. (\*\*) Os valores em aplicações classificados acima de um ano referem-se a títulos públicos. São papéis com liquidez imediata, que podem ser negociados a qualquer momento.

	Em 31 de dezembro de 2018				Total
	Sem vencimento definido	Vencidos	A vencer em até 1 ano	A vencer acima de 1 ano	
Obrigações, outras contas a pagar.....	-	-	15.814	-	15.814
Impostos, contribuições e encargos.....	-	-	8.824	-	8.824
Operações com resseguradoras (*) ..	18.651	48.040	3.946	70.637	70.637
Corretores de seguros e resseguros.....	5.294	6.274	1.758	13.326	13.326
Outros débitos operacionais....	-	-	1.088	-	1.088
Provisões técnicas (**)	34.002	63.519	12.143	109.664	109.664
Outros.....	-	-	509	509	509
<b>Total dos passivos financeiros.....</b>	<b>57.947</b>	<b>143.559</b>	<b>18.356</b>	<b>219.862</b>	<b>219.862</b>

(\*) O valor de prêmio de resseguro - RVNE foi alocado na faixa sem vencimento definido. (\*\*) A provisão de IBNER, IBNR, PDR, excedente técnico e PPNG-RVNE foram alocados na faixa sem vencimento definido.

	Em 31 de dezembro de 2017				Total
	Sem vencimento definido	Vencidos	A vencer em até 1 ano	A vencer acima de 1 ano	
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e bancos.....	282	-	-	-	282
Aplicações (**)	-	-	12.551	56.700	69.251
Prêmios a receber (*) ..	26.527	392	25.874	1.853	54.646
Operações com resseguradoras.....	21.387	-	-	-	21.387
Ativos de resseguros - provisões técnicas (*) ..	1.323	-	33.651	1.111	36.085
Créditos tributários e previdenciários.....	-	-	-	5.086	5.086
Custos de aquisição diferidos.....	-	-	3.738	242	3.980
Outros.....	-	-	1.864	38	1.902
<b>Total dos ativos financeiros.....</b>	<b>49.519</b>	<b>392</b>	<b>77.678</b>	<b>65.030</b>	<b>192.619</b>

(\*) Os prêmios relativos a riscos vigentes não emitidos, no montante de R\$ 26.527, foram alocados integralmente na coluna sem vencimento definido, assim como os valores relativos a ativos de resseguro relacionados à provisão de IBNER, IBNR, PDR, excedente técnico e PPNG-RVNE no montante total de R\$ 1.323. (\*\*) Os valores em aplicações classificados acima de um ano são referentes a títulos públicos. São papéis com liquidez imediata, que podem ser negociados a qualquer momento.

	Em 31 de dezembro de 2017				Total
	Sem vencimento definido	Vencidos	A vencer em até 1 ano	A vencer acima de 1 ano	
Obrigações, outras contas a pagar.....	-	-	4.932	-	4.932
Impostos, contribuições e encargos.....	-	-	9.279	-	9.279
Operações com resseguradoras (*) ..	9.234	33.868	604	43.706	43.706
Corretores de seguros e resseguros.....	2.653	3.195	258	6.106	6.106
Outros débitos operacionais....	-	-	390	-	390
Provisões técnicas (**)	13.905	63.877	2.236	80.018	80.018
Outros.....	26	-	498	524	524
<b>Total dos passivos financeiros.....</b>	<b>25.818</b>	<b>115.541</b>	<b>3.596</b>	<b>144.955</b>	<b>144.955</b>

(\*) O valor de prêmio de resseguro - RVNE foi alocado na faixa sem vencimento definido. (\*\*) A provisão de IBNER, IBNR, PDR, excedente técnico e PPNG-RVNE foram alocados na faixa sem vencimento definido. Mensalmente são emitidos relatórios gerenciais contendo informações sobre gestão financeira da Seguradora, incluindo seus níveis de despesas e as alocações nas carteiras de investimentos. Estes relatórios permitem a Diretoria um acompanhamento periódico da evolução dos negócios sob a ótica financeira. **4.4 Gestão do risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado tem sobre os ganhos da Seguradora ou sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é mitigar e controlar as exposições a riscos de mercados tais como: risco de taxa de juros e risco na taxa de câmbio, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, considerando-se que a natureza do próprio negócio, por envolver securitização de recebíveis em moeda nacional, representa um risco elevado às variáveis de mercado. Os limites de risco de mercado são estabelecidos com base em política corporativa definida pelo grupo COFACE e aprovados localmente pela Diretoria. Diariamente a Administração monitora a performance das suas posições bem como acompanha por meio de boletins dos seus bancos parceiros quais as projeções de curto e longo prazo para as taxas de juros do mercado. No que tange a exposição ao risco de taxa de juros, busca-se alocar ativos financeiros em portfólios de baixo risco. Segundo a política de investimentos do Grupo COFACE, não existem limitações quanto ao percentual investido em títulos do Governo Brasileiro. Dessa forma, na data do balanço, 100% dos investimentos estão alocados em títulos públicos. Entende-se assim, que apesar de existir a exposição ao risco de taxa de juros e de crédito, o mesmo encontra-se mitigado. **4.4.1 Sensibilidade à taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros; e (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA). As definições dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade são a elevação ou redução das taxas de juros praticadas pelo mercado interbancário em até 2,20 pontos percentuais (220 bps) além do índice de rentabilidade histórico que a Seguradora tem apurado nos seus ativos financeiros, em 31 de dezembro de 2018:

Risco	Aplicação Financeira	% de Variação	Impacto	Líquido de Impostos
	LFT - Letras			
Aumento do CDI	Financeiras do Tesouro 20% Selic	20%	873	480
	LFT - Letras			
Queda do CDI...	Financeiras do Tesouro 20% Selic	(790)	(435)	

**4.5 Gestão do risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em ativos financeiros. No que se refere a ativos financeiros, a Seguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros, de forma individual e coletivo, que compartilham riscos similares e leva em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. Os ativos financeiros são investidos (ou reinvestidos) somente em instituições financeiras com alta qualidade de *rating* de crédito, com *rating* mínimo de BBB, recomendadas por Agências avaliadoras de riscos, tais como: *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's*. De acordo com a política de investimentos, não existem limitações para investimentos em títulos públicos do governo brasileiro, entretanto de acordo com instruções emitidas por nossa matriz, não é recomendável que os mesmos possuam vencimentos superiores a 3 anos. A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida onde a cobertura de sinistros pode ser cancelada caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora em 31 de dezembro de 2018 distribuídos por *rating* de crédito obtido junto à agência de *rating Fitch Ratings*. Os ativos classificados na categoria "Sem Rating" compreendem substancialmente valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais.

	Em 31 de dezembro de 2018		
	BB	Sem rating	Total
<b>Ativos financeiros/rating disponíveis para a venda</b>	<b>77.676</b>	<b>-</b>	<b>77.676</b>
Letra Financeira do Tesouro Nacional (1)	77.676	-	77.676
<b>Caixa e bancos</b>	<b>455</b>	<b>-</b>	<b>455</b>
<b>Prêmios a receber de segurados</b>	<b>-</b>	<b>103.332</b>	<b>103.332</b>
Total	78.131	103.332	181.463

(1) A Administração efetuou a classificação dos títulos públicos no *rating* "BB" considerando o risco país.

	Em 31 de dezembro de 2017		
	BB	Sem rating	Total
<b>Ativos financeiros/rating disponíveis para a venda</b>	<b>69.251</b>	<b>-</b>	<b>69.251</b>
Letra Financeira do Tesouro Nacional (1)	69.251	-	69.251
<b>Caixa e bancos</b>	<b>282</b>	<b>-</b>	<b>282</b>
<b>Prêmios a receber de segurados</b>	<b>-</b>	<b>54.646</b>	<b>54.646</b>
Total	69.533	54.646	124.179

(1) A Administração efetuou a classificação dos títulos públicos no *rating* "BB" considerando o risco país. **4.6 Gestão de capital:** O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, além de otimizar retornos sobre capital para os acionistas. O Capital Mínimo Requerido (CMR) para o funcionamento das seguradoras é constituído como o máximo entre o capital base (montante fixo de capital) e um Capital de Risco (CR) baseado nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional (valor variável). Este capital mínimo requerido visa garantir os riscos inerentes às operações. Nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações, as sociedades deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR) e liquidez em relação ao Capital de Risco (CR). Liquidez em relação ao CR é a situação em que a Seguradora apresente montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, superior a 20% (vinte por cento) do Capital de Risco (CR). O CR é o montante variável de capital que a supervisão deverá manter, a qualquer tempo, para garantir os riscos inerentes à operação. CMR é equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. A Seguradora está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado, como demonstrado abaixo:

	Em 31/12/2018	Em 31/12/2017
<b>Adequação de Capital</b>		
Patrimônio líquido	49.125	49.172
(-) Despesas antecipadas	(72)	(48)
(-) Crédito tributário - prejuízo fiscal e base negativa de CSLL - Nota 9	(1.539)	(4.152)
(-) Outros investimentos	(22)	(22)
(-) Ativo intangível	(1.544)	(1.239)
<b>Patrimônio líquido ajustado (a)</b>	<b>45.948</b>	<b>43.711</b>
Capital Base (I)	15.000	15.000
<b>Capital de risco (II) - (c)</b>	<b>13.691</b>	<b>9.772</b>
Capital de risco de subscrição	11.965	8.584
Capital de risco de crédito	1.526	1.151
Capital de risco operacional	625	517
Capital de risco mercado	909	153
Deflator em função da correlação entre os riscos de subscrição e crédito	(1.334)	(633)
<b>Capital Mínimo Requerido (b) - (Maior entre I e II)</b>	<b>15.000</b>	<b>15.000</b>
<b>Suficiência de capital (a) - (b)</b>	<b>30.948</b>	<b>28.711</b>
Abaixo é apresentado o cálculo do índice de liquidez da Seguradora:		
Capital risco	15.000	15.000
Índice de liquidez requerido pela Resolução CNSP 321/15 - 20% sobre CR	3.000	3.000
Ativos líquidos (d)	5.595	15.329
Índice de liquidez (d/b)	37%	102%
O total de provisões técnicas líquidas de resseguro foi apurado da seguinte forma:		
	Em 31/12/2018	Em 31/12/2017
<b>Total de provisões técnicas</b>	<b>109.664</b>	<b>80.018</b>
(-) PSL de resseguro (Vide nota explicativa nº 7)	(11.145)	(18.195)
(-) IBNR de resseguro (Vide nota explicativa nº 7)	(2.977)	(3.744)
(-) PDR de resseguro (Vide nota explicativa nº 7)	(807)	(965)
(-) PET de resseguro (Vide nota explicativa nº 7)	(1.036)	(748)
(-) Direito creditório	(24.618)	(5.443)
<b>Total a ser coberto</b>	<b>69.081</b>	<b>50.923</b>
<b>Total das aplicações financeiras vinculadas em cobertura</b>	<b>77.676</b>	<b>69.251</b>
CMR - Capital Mínimo Requerido - 20%	(3.000)	(3.000)
<b>Excesso de cobertura (Ativos líquidos)</b>	<b>5.595</b>	<b>15.328</b>

A Seguradora define risco operacional como o risco de perdas resultantes de processos internos falhos ou inadequados, provenientes de todas as áreas de negócio com exceção de crédito e financeira e de sistemas internos ou eventos externos. A COFACE na França estruturou uma área global de *Risk Management* responsável por desenvolver procedimentos para mitigação dos riscos operacionais, como mapeamento de riscos, elaboração de base de dados de incidentes e perdas e testes periódicos nos controles internos. Em nível local, o responsável de controle e conformidade, sob a supervisão do principal executivo da Seguradora, tem por objetivo implementar o programa de gestão de riscos, em conformidade com as orientações da matriz, assim como garantir o cumprimento dos requerimentos das autoridades locais. A Auditoria Interna, que faz parte da estrutura de gerenciamento de riscos operacionais, complementa o trabalho do responsável de controle e conformidade revisando os procedimentos internos e recomendando melhorias, quando aplicáveis. Para melhorar o conhecimento dos riscos operacionais e os controles internos em todas as suas entidades, a COFACE desenvolveu mundialmente um programa de Controles Internos, chamado COLOR, aplicável à Seguradora, com o objetivo de alcançar: • Melhor desempenho, fazendo com que todos os seus empregados concentrem os esforços para os mesmos objetivos, sem custos excessivos ou desnecessários; • Maior confiabilidade nas informações geradas internamente e garantia no devido tratamento das

informações externas; e • Conformidade com as leis e regulamentos (internos e externos) aplicados ao negócio. O Programa COLOR engloba diversas atividades realizadas separadamente, mas que, juntas, almejam atingir os objetivos do programa. Dentre essas atividades destacamos: (i) o mapeamento dos riscos; (ii) elaboração de Manuais de Procedimentos, Normas e Políticas internas; (iii) execução de testes nos Controles Internos; (iv) implementação e/ou revisão de Controles Internos; e (v) reporte de deficiências e pontos de melhorias para a Diretoria. Os controles internos compreendem o programa e os respectivos procedimentos que incluem as políticas estabelecidas pela Seguradora para ajudar a alcançar o seu objetivo de garantir, tanto quanto possível a adequação das políticas internas e legislação vigente, a salvaguarda dos seus ativos, a prevenção e detecção de lavagem de dinheiro, fraudes e erros e a correção e completude dos registros contábeis. O procedimento de mapeamento de riscos é uma das mais importantes ferramentas do Programa de Controles Internos da Seguradora e tem o objetivo de identificar quais os riscos que podem afetar o desempenho dos respectivos processos para que então sejam implementados controles internos mais rígidos desenvolvidos para garantir, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos. A COFACE adota atualmente a metodologia qualitativa, baseada principalmente em situações de riscos globais definidas a partir dos sistemas de referência e de contribuições dos *experts* da COFACE em mapeamento de risco operacional. Por meio do mapeamento também são identificados os controles associados a cada um dos riscos que acarretam na sua mitigação ou que pelo menos ofereçam um nível de controle satisfatório. No caso de não ser identificado nenhum controle para determinado risco identificado ou o mesmo não ser satisfatório, são elaborados planos de ação a serem implementados para melhorias no ambiente de controles e seus respectivos responsáveis. Adicionalmente à ferramenta de mapeamento, identificação e revisão de riscos e controles internos, a COFACE adota um Programa de três níveis de Controles, cobrindo os riscos Financeiros; Operacionais; de *Compliance* e de Crédito (riscos técnicos relacionados ao seguro de crédito) e podem cobrir uma ou mais linhas de negócio do Brasil. Consideram-se como *Controle de Nível 1* os controles diários e operacionais executados pelos funcionários operacionais em geral, como as delegações, senhas e os procedimentos internos. O nível 1 é o controle diário que todos devem praticar ao realizar suas respectivas tarefas. O *Controle de Nível 2* são os controles permanentes feitos pelo *Control & Compliance Officer* (CCO), visando otimizar os processos e controles internos. O *Controle de Nível 3* são os controles periódicos e executados pelas Auditorias Interna e Externa. Ainda dentro do escopo do programa de controles internos, destacamos a utilização dentro de nossos processos internos de verificação de clientes, o uso de uma ferramenta que a partir da razão social da empresa (futuro segurado) e dos nomes, como controladores, administradores, procuradores, busca informações negativas em diversas bases de dados utilizadas mundialmente por instituições financeiras, os quais são constantemente atualizados. A ferramenta contempla a busca de Pessoas Politicamente Expostas (PPEs), empresas e pessoas envolvidas com lavagem de dinheiro e fraudes, informações relacionadas a crimes como terrorismo, entre outros, conforme determina a legislação da SUSEP vigente. Somente após a passagem pelos filtros dos processos internos é que a empresa torna-se um segurado ou tem seu contrato renovado. **4.8 Gestão de risco legal e de compliance:** A Seguradora considera como Risco Legal a possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos. A Seguradora é obrigada a respeitar os princípios gerais, relativos a sigilo comercial, imposto na apólice. O risco de *Compliance* vai além do conhecido risco operacional, contemplando o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções, perdas financeiras ou de reputação em razão de descumprimento de dispositivos legais - aplicação de leis, regulamentos, código de conduta e das boas práticas de mercado - e de indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Para mitigar as perdas financeiras decorrentes de falhas no cumprimento de aplicação de normas, nossa área de *Compliance* realiza o gerenciamento regulatório, em que adota controles no sentido de identificar novos normativos expedidos pelas autoridades regulatórias e acompanhar sua implementação dentro da Seguradora. Para a mitigação de risco legal, por meio da constituição do seu departamento Jurídico, a Seguradora revisa e aprova todos os contratos celebrados, além de gerenciar os processos judiciais, bem como redigir e controlar contratos de sigilo. Adicionalmente mantemos uma apólice de seguro de D&O - *Directors and Officers* a fim de nos proteger de eventuais ocorrências em que um risco se reverta em realidade. A Seguradora está primordialmente sujeita às disposições e regulamentações da SUSEP, assim como dos Governos Municipal, Estadual e Federal. Sendo uma Empresa que possui grande parte de seu capital pertencente a uma multinacional, deve se enquadrar dentro das exigências, desde que não contradiquem os requerimentos locais, do Código de Seguros Francês, do Departamento do Tesouro do Ministério Francês das Finanças e da *Autorité des de Contrôle Assurances et des Mutuelles*, ou ACAM, autoridade de supervisão francesa de seguros. A SUSEP, como órgão independente de supervisão, determina que as entidades supervisionadas cumpram todos os requisitos legais e regulamentares estabelecidas para o ramo de seguros que operam. Também é responsável por verificar que as seguradoras podem honrar seus compromissos junto a seus segurados a qualquer momento e que eles atendem as margens de solvência exigidas.

	Em 31/12/2018		Em 31/12/2017	
	Não Circu-lante	Valor custo atualizado contábil	Valor custo atualizado contábil	Valor custo atualizado
<b>Classificação Disponível para venda</b>				
Letras financeiras do tesouro	- 77.676	77.676	77.674	69.251
Total	- 77.676	77.676	77.674	69.251

A totalidade das aplicações financeiras (LFTs - Letras Financeiras do Tesouro) encontram-se vinculadas à SUSEP para cobertura das provisões técnicas. O ajuste a valor justo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 2 e (R\$ 21 em 31 de dezembro de 2017).

	Em 31/12/2018		Em 31/12/2017	
	Saldo do exercício	Disponível para venda	Saldo do exercício	Disponível para venda
<b>Saldo das aplicações financeiras no início do exercício</b>	<b>69.251</b>	<b>79.140</b>		
<b>Disponível para venda</b>				
Letra financeira do tesouro nacional (LFT)				
(+) Aplicações	53.627	85.057		
(-) Resgates	(49.338)	(102.423)		
(+) Rendimento - Nota 18 f	4.156	7.445		
(+/-) Ajuste ao valor justo	(20)	32		
<b>Saldo</b>	<b>8.425</b>	<b>(9.889)</b>		

	Em 31/12/2018		Em 31/12/2017	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Disponíveis para venda	77.676	69.251		
Total	77.676	69.251		

**Desempenho:** A Administração mensura o desempenho da rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em dezembro de 2018 o desempenho global dos ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos atingiu 98,97% no mês de dezembro de 2018. Essa rentabilidade representa 99,00% do CDI que foi de 6,42%, acumula-



☆ continuação

# Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

(Nova denominação social da Coface do Brasil Seguros de Crédito Interno S.A.) - CNPJ 07.644.868/0001-73



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

## do no ano 6. Créditos das operações com seguros e resseguros:

Composição	Em	
	31/12/2018	31/12/2017
Prêmios a receber de segurados (i) .....	104.021	54.914
Operações com resseguradoras .....	21.551	21.913
Total .....	125.572	76.827
Provisão para riscos de créditos sobre:		
Prêmios a receber de segurados .....	(689)	(268)
Créditos sobre resseguradoras .....	(526)	(526)
Total .....	(1.215)	(794)
Total do circulante e não circulante .....	124.357	76.033

### (i) Prêmios a receber por vencimento:

	Em	
	31/12/2018	31/12/2017
Prêmios a vencer .....	102.649	54.254
De 1 a 30 dias .....	58.528	30.755
De 31 a 60 dias .....	3.827	5.736
De 61 a 120 dias .....	9.466	5.334
De 121 a 180 dias .....	5.671	3.499
De 181 a 365 dias .....	13.050	7.078
Superior a 365 dias .....	12.107	1.852
Prêmios vencidos .....	1.372	660
De 1 a 30 dias .....	783	229
De 31 a 60 dias .....	64	37
De 61 a 120 dias .....	191	139
De 121 a 180 dias .....	30	45
De 181 a 365 dias .....	-	69
Superior a 365 dias .....	304	141
Total do circulante e não circulante .....	104.021	54.914

O período médio de parcelamento oferecido pela Seguradora para liquidação dos prêmios pelos segurados é de 4 parcelas trimestrais.

Movimentação dos prêmios a receber	Em	
	31/12/2018	31/12/2017
Prêmios a receber no início do exercício .....	54.914	44.340
(+) Prêmios emitidos líquidos - Nota 18a .....	146.977	90.742
(-) Prêmios cancelados .....	(12.167)	(10.594)
(-) Recebimentos .....	(87.263)	(69.740)
(+/-) IOF sobre prêmios .....	1.560	166
Prêmios a receber no final do exercício .....	104.021	54.914

Movimentação da provisão para riscos sobre créditos	Em	
	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício .....	(268)	(692)
(+) Constituições .....	(471)	(175)
(-) Reversões .....	50	599
Saldo final do exercício .....	(689)	(268)

## 7. Operações de resseguro e ativos de resseguro:

Descrição	Em	
	31/12/2018	31/12/2017
<b>Operações com resseguradoras - Ativo</b> .....	<b>21.025</b>	<b>21.387</b>
Recuperação de sinistros pagos .....	17.926	19.633
Recuperação de despesas pagas .....	349	265
Recuperação de excedente técnico .....	2.564	1.303
Outros .....	186	186
<b>Ativos de resseguros - Provisões técnicas</b> .....	<b>43.447</b>	<b>36.085</b>
Provisão de Sinistro a Liquidar (PSL e IBNER) - Nota 13b .....	11.145	18.195
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) - Nota 13c .....	2.977	3.744
Provisão para despesas relacionadas .....	807	965
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) - Nota 13d .....	27.482	12.433
Provisão de excedente técnico .....	1.036	748
<b>Operações com resseguradoras - Passivo</b> .....	<b>70.637</b>	<b>43.706</b>
Prêmios de resseguro .....	52.442	22.743
Adiantamento de sinistros .....	9.394	12.401
Outros débitos - ressarcimento .....	8.801	8.562
<b>Outros débitos operacionais - Passivo</b> .....	<b>1.088</b>	<b>390</b>
Valores de ressarcimento .....	1.088	390

### a) Resultado das operações com resseguro (Ganhos e perdas)

Receitas (despesas) com resseguros	Em	
	31/12/2018	31/12/2017
Recuperações de avisos e despesas de sinistros .....	8.497	(3.321)
Estimativa de ressarcidos sobre PSL .....	25	1.811
IBNER sobre recuperação de sinistro .....	1.177	(1.476)
Provisão para despesa relacionada sobre PSL e IBNR .....	(138)	(631)
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados .....	(768)	(5.549)
<b>Despesas com resseguro</b> .....	<b>(37.128)</b>	<b>(30.660)</b>
Prêmios líquidos cedidos em resseguros .....	(46.884)	(25.941)
Provisão de prêmios não ganhos .....	15.050	2.687
Ressarcimento de resseguros .....	(7.113)	(7.776)
Outros .....	1.819	370
<b>Resultado operacional de resseguros</b> .....	<b>(28.335)</b>	<b>(39.826)</b>

**b) Prêmios de resseguro - Carteiras:** A Seguradora possui contrato de resseguro de excesso de danos. **c) Percentual ressegurado:** O nível de cessão de riscos em resseguros atingiu o patamar de 34% da carteira no período analisado (31% em 31 de dezembro de 2017). **d) Discriminação dos resseguradores:** A Seguradora manteve até dezembro de 2016 contrato de cessão de resseguros junto a um dos resseguradores locais - IRB-Brasil RE, cujo rating é "A-" (maio de 2018) emitida pela classificadora de risco A.M. Best. A partir de 2017, iniciou relacionamento operacional com a Munich Re em que globalmente possui rating AA emitida pela Fitch em julho de 2016. **e) Redução ao valor recuperável:** Há perdas estimadas sobre créditos das operações de resseguros em 31 de dezembro de 2018 e 2017 no montante de R\$ 526.

### 8. Outros créditos:

	Em	
	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos a funcionários .....	-	236
Outros créditos a receber - Rateio (Nota 19) .....	8.251	1.536
<b>Total</b> .....	<b>8.251</b>	<b>1.772</b>

### 9. Créditos tributários e previdenciários:

	Em	
	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias .....	1.043	934
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL .....	1.539	4.152
<b>Total</b> .....	<b>2.582</b>	<b>5.086</b>

Realização de crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa e sobre adições temporárias:

	2019		2020	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Resultado fiscal projetado .....	8.102	7.375	-	-
Compensação saldo prejuízo fiscal 2015 - 30% .....	(2.287)	-	-	-
Compensação prejuízo fiscal 2016 - 30% .....	(144)	(1.417)	-	-
<b>Realização prejuízo fiscal</b> .....	<b>(2.431)</b>	<b>(1.417)</b>	-	-
Contribuição social .....	(365)	(212)	-	-
Imposto de renda .....	(608)	(354)	-	-
<b>Realização do crédito tributário</b> .....	<b>(973)</b>	<b>(566)</b>	<b>(1.539)</b>	-
Adições temporárias .....	(2.608)	-	-	-
Contribuição social .....	(391)	-	-	-
Imposto de renda .....	(652)	-	-	-
<b>Realização do crédito tributário</b> .....	<b>(1.043)</b>	-	<b>(1.043)</b>	-
<b>Total</b> .....	<b>(2.016)</b>	<b>(566)</b>	<b>(2.582)</b>	-

### 10. Obrigações a pagar:

	Em	
	31/12/2018	31/12/2017
Gratificação/participação nos lucros .....	784	1.045
Dividendos a pagar .....	12.043	2.751
<b>Total</b> .....	<b>12.827</b>	<b>3.796</b>

## 11. Impostos e contribuições:

	Em	
	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda .....	1.725	1.665
Contribuição social .....	1.513	1.772
COFINS .....	310	193
PIS .....	50	31
Outros - MTM .....	1	10
<b>Total</b> .....	<b>3.599</b>	<b>3.671</b>

## 12. Outras contas a pagar:

	Em	
	31/12/2018	31/12/2017
Rateio de despesas (vide Nota 19) .....	2.357	998
Outras .....	630	138
<b>Total</b> .....	<b>2.987</b>	<b>1.136</b>

## 13. Provisões técnicas:

a) Danos:	Em	
	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG) - Nota 13d .....	77.958	35.671
Sinistros a liquidar e sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (PSL/IBNER) - Nota 13b .....	19.146	28.715
Provisão de despesas relacionadas .....	1.417	1.795
Provisão de excedente técnico .....	3.176	2.374
Sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) - Nota 13c .....	7.967	11.463
<b>Totais</b> .....	<b>109.664</b>	<b>80.018</b>

## b) Movimentação das provisões de sinistros a liquidar:

	Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo em 01 de janeiro de 2018 .....	28.715	18.195	10.520	10.520
Avisados .....	30.066	13.403	16.663	16.663
IBNER e estimativa de ressarcimento .....	2.437	1.202	1.235	1.235
Alteração de estimativas .....	(4.990)	(4.569)	(421)	(421)
Pagos .....	(31.440)	(16.047)	(15.393)	(15.393)
Baixados .....	(5.642)	(1.039)	(4.603)	(4.603)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b> .....	<b>19.146</b>	<b>11.145</b>	<b>8.001</b>	<b>8.001</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2017</b> .....	<b>74.906</b>	<b>45.996</b>	<b>28.910</b>	<b>28.910</b>
Avisados .....	38.902	14.890	24.012	24.012
IBNER e estimativa de ressarcimento .....	1.932	334	1.598	1.598
Alteração de estimativas .....	(16.835)	(14.624)	(2.211)	(2.211)
Pagos .....	(57.264)	(24.255)	(33.009)	(33.009)
Baixados .....	(12.926)	(4.146)	(8.780)	(8.780)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b> .....	<b>28.715</b>	<b>18.195</b>	<b>10.520</b>	<b>10.520</b>

## Sinistros brutos de resseguro:

Montante estimado para os sinistros	Ano de aviso do sinistro							Total
	Até 2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
No ano do aviso .....	197.238	94.709	74.158	142.939	89.931	34.483	25.742	-
Um ano após o aviso .....	161.868	69.039	62.419	104.472	75.816	32.526	-	-
Dois anos após o aviso .....	162.748	69.035	58.308	95.164	71.039	-	-	-
Três anos após o aviso .....	161.985	67.400	58.350	95.911	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso .....	161.917	65.438	58.346	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso .....	159.547	65.121	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso .....	159.547	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base .....	159.547	65.121	58.346	95.911	71.039	32.526	25.742	508.232
Pagamentos de sinistros efetuados .....	(159.527)	(64.662)	(56.196)	(92.256)	(63.170)	(28.985)	(13.566)	(478.362)
<b>Provisão de Sinistros a liquidar (*)</b> .....	<b>20</b>	<b>459</b>	<b>2.150</b>	<b>3.655</b>	<b>7.869</b>	<b>3.541</b>	<b>12.176</b>	<b>29.870</b>

(\*) O montante de R\$ (10.724), referente à estimativa de ressarcimento e estimativa de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados não são demonstrados nesse quadro.

## Sinistros líquidos de resseguro

Montante estimado para os sinistros	Ano de aviso do sinistro							Total
	Até 2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
No ano do aviso .....	73.353	29.305	32.171	52.873	40.273	19.741	13.751	-
Um ano após o aviso .....	63.142	26.841	28.613	43.881	36.369	17.860	-	-
Dois anos após o aviso .....	63.019	26.762	27.288	41.123	35.557	-	-	-
Três anos após o aviso .....	62.344	26.217	27.326	41.838	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso .....	62.425	26.120	27.323	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso .....	62.042	25.990	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso .....	62.042	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base .....	62.042	25.990	27.323	41.838	35.557	17.860	13.751	224.361
Pagamentos de sinistros efetuados .....	(62.025)	(25.883)	(26.541)	(41.195)	(34.091)	(16.710)	(5.957)	(212.402)
<b>Provisão de sinistros a liquidar (*)</b> .....	<b>17</b>	<b>107</b>	<b>782</b>	<b>643</b>	<b>1.466</b>	<b>1.150</b>	<b>7.794</b>	<b>11.959</b>

(\*) O montante de R\$ 3.958, referente à estimativa de ressarcimento e estimativa de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados não estão demonstrados nesse quadro.

## Sinistros pagos brutos de resseguro

Montante estimado para os sinistros	Ano de aviso do sinistro							Total
	Até 2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
No ano do aviso .....	64.194	17.911	27.351	30.704	28.822	19.564	13.566	-
Um ano após o aviso .....	153.609	62.004	55.596	81.252	56.601	28.985	-	-
Dois anos após o aviso .....	159.074	63.910	56.145	90.373	63.170	-	-	-
Três anos após o aviso .....	159.159	63.910	56.193	92.256	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso .....	159.207	64.662	56.196	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso .....	159.216	64.662	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso .....	159.216	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos ou mais após o aviso .....	159.527	-	-	-	-	-	-	-
<b>Sinistros pagos</b> .....	<b>159.527</b>	<b>64.662</b>	<b>56.196</b>	<b>92.256</b>	<b>63.</b>			



☆ continuação

## Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

(Nova denominação social da Coface do Brasil Seguros de Crédito Interno S.A.) - CNPJ 07.644.868/0001-73

coface

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

d) Despesas administrativas:	Em		Em	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Despesa com pessoal .....	(17.293)	(16.504)	17.928	21.364
Despesa com terceiros .....	(10.533)	(7.056)	(5.378)	—
Despesa com localização e funcionamento .....	(2.463)	(2.313)	12.550	21.364
Despesa com publicidade e propaganda .....	(204)	(35)	(3.113)	(3.715)
Recuperação de despesas administrativas com Rateio (Nota 19) .....	8.142	9.538	75	90
Outras despesas administrativas .....	(398)	(321)	67	205
<b>Totais .....</b>	<b>(22.749)</b>	<b>(16.691)</b>	<b>(1.344)</b>	<b>(1.602)</b>
<b>e) Despesas com tributos:</b>	<b>Em</b>	<b>Em</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
COFINS .....	(2.299)	(1.514)	(4.315)	(5.022)
PIS .....	(374)	(246)	(2.510)	(2.991)
Taxa de fiscalização SUSEP .....	(182)	(226)	—	—
Outros tributos .....	(236)	(126)	41	123
<b>Totais .....</b>	<b>(3.091)</b>	<b>(2.112)</b>	<b>(1.268)</b>	<b>(1.058)</b>
<b>f) Resultado financeiro:</b>	<b>Em</b>	<b>Em</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Rendimento aplicação financeira (nota 5) .....	4.156	7.445	(421)	(102)
Outros .....	(219)	1.395	10	(286)
<b>Totais .....</b>	<b>3.937</b>	<b>8.840</b>	<b>(411)</b>	<b>(388)</b>
<b>g) Imposto de renda e contribuição social:</b>	<b>Em</b>	<b>Em</b>	<b>Em</b>	<b>Em</b>
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Lucro antes dos impostos e participações sobre o resultado .....</b>	<b>17.613</b>	<b>21.067</b>	<b>17.613</b>	<b>21.067</b>
Participação nos lucros (PLR) .....	(305)	(537)	(305)	(537)
<b>Lucro antes das adições e exclusões .....</b>	<b>17.308</b>	<b>20.530</b>	<b>17.308</b>	<b>20.530</b>
<b>Ajustes:</b>				
<b>Adições (exclusões) temporárias .....</b>	<b>271</b>	<b>821</b>	<b>271</b>	<b>821</b>
Provisão devedores duvidosos .....	421	102	421	102
Provisão para gratificação e PLR .....	(261)	675	(261)	675
Contingências e outros .....	111	44	111	44
<b>Adições (exclusões) permanentes .....</b>	<b>349</b>	<b>13</b>	<b>349</b>	<b>13</b>
Outros .....	349	13	349	13
<b>h) Outras despesas operacionais:</b>	<b>Em</b>	<b>Em</b>	<b>Em</b>	<b>Em</b>
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Provisão para créditos duvidosos .....	(421)	(102)	(421)	(102)
Outros .....	10	(286)	10	(286)
<b>Totais .....</b>	<b>(411)</b>	<b>(388)</b>	<b>(411)</b>	<b>(388)</b>
<b>19. Partes relacionadas:</b>	<b>Em</b>	<b>Em</b>	<b>Em</b>	<b>Em</b>
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
	<b>Ativo</b>	<b>Receita</b>	<b>Ativo</b>	<b>Receita</b>
	<b>(passivo)</b>	<b>(despesa)</b>	<b>(passivo)</b>	<b>(despesa)</b>
Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação S.A.	7.289	7.186	1.341	8.207
Coface do Brasil Serviços de Gerenciamento de Crédito Ltda. ....	947	(506)	110	369
Coface S.A. ....	—	(4.838)	(459)	(2.192)
Coface Holding América Latina .....	(2.357)	(4.137)	(539)	(1.774)
A Seguradora compartilha com a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação S.A. "SBCE", Coface S.A. e com a Coface do Brasil Serviços de Gerenciamento de Crédito Ltda. parte da estrutura operacional e administrati-				

**Diretoria**  
**Marcelo Lemos Ferreira**  
**Adriano Cartolano de Almeida Barros**  
**Everton Dalnei Fauth**

**Conselho de Administração**  
**Carmina Maria Abad Sanchez**  
**Pedro Francisco Sanchez Saá**  
**Nilo José Panazzolo**  
**José Jesus Nieto Sanudo**

**Contador e Atuário**  
**Walter Nascimento de Borgonha**  
**Cristina Cantanhede Biasotto Mano**  
 Contador  
 CRC 1SP 217793-O-2  
 Atuário Responsável Técnico  
 MIBA 900

## Parecer do atuariário independente

Aos Acionistas e Administradores da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e do limite de retenção no montante de R\$ 200 mil da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Responsabilidade da Administração**

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e do limite de retenção no montante de R\$ 200 mil elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos atuários independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base

em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Sociedade e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinis-

tros e despesas com sinistros, da análise de solvência e do limite de retenção no montante de R\$ 200 mil da Sociedade em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

**Outros assuntos**

**Correspondência dos Quadros Estatísticos**

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**  
**Consultores Ltda.**  
 CNPJ 02.189.924/0001-03  
 CIBA 45  
**João Batista da Costa Pinto**  
 MIBA 944

Deloitte.

Aos Administradores e Acionistas da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. São Paulo - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e

suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive das eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**  
**Auditores Independentes**  
 CRC n° 2 SP 011609/O-8  
**Carlos Claro**  
 Contador  
 CRC n° 1 SP 236588/O-4

Deloitte.

certificadodigital

um serviço com a excelência Imprensa Oficial

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Acesse e descubra

certificadodigital.imprensaoficial.com.br

Conheça o nosso novo portal de certificados digitais

Mais facilidade e agilidade na compra de seu certificado



Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 28/02/2019 08:24:03.  
 Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A  
 [ Ticket: 30044126 ] - www.imprensaoficial.com.br